

# PSICANÁLISE E POLÍTICAS IDENTITÁRIAS: RELAÇÕES ENTRE IDENTIFICAÇÃO E LAÇO SOCIAL

Soraya Alviano Pialarissi Barbosa

A identidade é um tema estudado desde a Grécia Antiga, com Parmênides, clássico da filosofia. Entretanto, ela se apresenta atualmente com outras facetas e urgências próprias da contemporaneidade. A questão do reconhecimento é muito cara à nossa sociedade ocidental, visto que grupos de pessoas se unem até hoje em torno de uma identidade para ter direitos básicos reconhecidos ou angariar novos pleitos. Uma política identitária tem essa característica, a de se fazer reconhecer perante a sociedade. Contudo, a psicanálise não está fora do laço social para não se adentrar nessa temática, mesmo que não apresente um conceito de identidade assim como a filosofia e a sociologia. Para ela, as formações de grupos de indivíduos se constituem através da libido, conceito fundamental para o saber psicanalítico, e pelo processo de identificação, este último sendo o conceito primordial entre o individual e o social. Freud trabalhou com esse conceito ao longo de toda a sua obra, porém somente em 1921 é que sistematizou-o. A identificação, portanto, é “a mais antiga manifestação de uma ligação afetiva a uma outra pessoa”. (FREUD, 1921/2010, p. 46). Para o autor, ela é ambivalente e não fixa, diferente da identidade. Portanto, a questão norteadora dessa dissertação é: a psicanálise pode propor um novo entendimento de políticas identitárias? Se sim, de quais maneiras? Para respondê-la, os seguintes objetivos específicos serão os de descrever e delimitar o que são políticas identitárias; circunscrever o problema no conceito de identificação em Freud para articulá-lo à política identitária e explicitar os seus mecanismos; descrever como Freud entende os laços sociais e como o pensamento freudiano incide numa política identitária ou de reconhecimento. O presente trabalho usa o método de revisão de literatura psicanalítica. Além disso, a dissertação tem como norte metodológico a transdisciplinaridade proposta por Joel Birman (1993), na qual o saber psicanalítico conversa com outras áreas de conhecimento, mas sem transpô-lo de maneira artificial e sem ressalvas. Como diz o autor, nesse trabalho a psicanálise é colocada “como um texto teórico que dialoga com outros discursos, especialmente no domínio das ciências naturais e humanas.” (BIRMAN, 1993, p. 31). O modelo de política identitária tem algumas críticas apontadas por Bernstein (2005), Scott (1992) e Parker (2005), tais como o essencialismo presente ao se constituir uma identidade, a não abertura a outros aspectos identitários a não ser àqueles pré-estabelecidos e, com isso, uma segregação que o próprio processo identitário resulta. Por esses aspectos, uma teoria desidentificatória se faz necessário e aqui entra o papel da psicanálise freudo-lacaniana, onde podemos encontrar algumas intersecções a esse campo tão problemático. Entretanto,

como ir além dessa concepção freudiana e sociológica? Kenneth Reinhard propõe uma teologia política do próximo, a qual se alinha ao conjunto das mulheres (da fórmula da sexuação lacaniana) e que seria uma política do amor, do próximo, do um a um, do grupo que se constitui não na totalidade mas sim na exceção. Talvez poderíamos pensar numa política (des)identitária que seguisse nessa lógica, não para se colocar no lugar da política identitária já vigente, mas sim como uma política complementar, com diz o autor e, assim, subvertê-la.

**Palavras-chave:** Identidade. Psicanálise. Políticas identitárias.